

Memória e Documentos

A DISPUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS PROGRESSISTAS: RELATO DA CONFERÊNCIA LIVRE DE TECNOLOGIA SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TECNOLOGIA ASSISTIVA¹

Felipe Addor²
Sandra Rufino³
Etiane Araldi⁴

Resumo

A vitória democrático-progressista na eleição presidencial de 2022 permitiu a retomada de políticas públicas de construção de práticas alternativas, o que fez aflorar uma disputa político-conceitual em diversos campos. Apresentamos o processo de construção do Documento Final da Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, no âmbito da V Conferência Nacional de CT&I. Esperamos difundir esse relevante processo de articulação e mobilização da sociedade civil em prol de políticas públicas mais vinculadas a processos efetivos de transformação.

Palavra-chave: Tecnologia Social e Economia Solidária; Tecnologia Assistiva; Participação Social.

LA DISPUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS PROGRESISTAS: INFORME DEL CONGRESO LIBRE SOBRE TECNOLOGÍA SOCIAL, ECONOMÍA SOLIDARIA Y TECNOLOGÍA DE ASISTENCIA

Resumen

La victoria democrático-progresista en las elecciones presidenciales de 2022 permitió retomar políticas públicas para construir prácticas alternativas, lo que dio lugar a una disputa político-conceptual en varios campos. Presentamos el proceso de creación del Documento Final de la Conferencia Libre de Tecnología Social, Economía Solidaria y Tecnología Asistiva, en el ámbito de la V Conferencia Nacional de CT&I. Esperamos difundir este relevante proceso de articulación y movilización de la sociedad civil en favor de políticas públicas más vinculadas a procesos de transformación efectivos.

Palabra clave: Tecnología Social y Economía Solidaria; Tecnología de Asistencia; Participación Social.

¹Artigo recebido em 19/05/2024. Primeira Avaliação em 20/05/2024. Segunda Avaliação em 04/06/2024. Aprovado em 07/07/2024. Publicado em 07/08/2024.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.62991>.

²Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil, professor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ).

Email: felipe@nides.ufrj.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4471650676535041>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-0487>.

³Doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil.

Email: sandra.rufino@ufrn.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7918356337724287>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5047-1041>.

⁴Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil, professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Niterói - Brasil. Email: etiane.araldi@ifrj.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2251914961426433>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1391-5037>.

THE DISPUTE FOR PROGRESSIVE PUBLIC POLICIES: REPORT FROM THE CONFERENCE ON SOCIAL TECHNOLOGY, SOLIDARITY ECONOMY AND ASSISTIVE TECHNOLOGY

Abstract

The democratic-progressive victory in the 2022 presidential election allowed the resumption of public policies to build alternative practices, which gave rise to a political-conceptual dispute in several fields. We present the process of creating the Final Document of the Free Conference on Social Technology, Solidarity Economy and Assistive Technology, within the scope of the V National CT&I Conference. We hope to disseminate this relevant process of articulation and mobilization of civil society in favor of public policies that are more linked to effective transformation processes.

Keyword: Social Technology and Solidarity Economy; Assistive Technology; Social Participation.

Introdução

Neste artigo apresentamos o contexto de construção do Documento Final da Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva com propostas para a V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (V CNCTI). O Documento está publicado na seção Memória e Documentos deste Número 48 da Revista Trabalho Necessário.

Esse documento é resultado de um processo de articulação e mobilização de organizações da sociedade civil com o intuito de buscar influenciar no direcionamento das políticas públicas dos campos da Tecnologia Social (TS), Economia Solidária (ES) e Tecnologia Assistiva (TA). Ainda que ele seja o produto formal da Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva (CLTS), realizada no formato híbrido nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2024, presencial em Brasília, na sede do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e que tenha sido desenvolvido no âmbito dos debates da V CNCTI, de 4 a 6 de junho de 2024, podemos afirmar que ele é fruto de um longo e amplo processo participativo iniciado ainda no governo anterior.

É importante destacar que, nos três campos citados acima, estamos em um profundo contexto de disputa conceitual e de princípios, podendo: por um lado, fortalecer iniciativas efetivamente transformadoras e emancipatórias, de fortalecimento da organização comunitária e dos movimentos sociais, e de construção de práticas econômica e politicamente alternativas ao modelo hegemônico; ou, por outro lado, estimular práticas assistencialistas e paternalistas, apoiar as práticas filantrópicas empresariais, e manter uma perspectiva financista e mercadológicas nas experiências populares. Portanto, este documento é fruto dessa disputa, buscando fortalecer políticas públicas que se alinhem à primeira perspectiva. A seguir traçamos a trajetória dessa construção coletiva.

O processo prévio de articulação

O enfraquecimento e desidratação das políticas em campos políticos alternativos a partir dos anos 2015/2016 gerou um processo de enfraquecimento das articulações em campos como Economia Solidária e Tecnologia Social. Espaços como as redes de incubadoras tecnológicas de economia solidária (Rede de ITCPs e Unitrabalho) e a Rede de Tecnologia Social foram desarticulados, com vários de seus protagonistas passando por dificuldades de manutenção de projetos e equipes, por conta da redução drástica de políticas públicas de apoio aos projetos nesses campos.

Mas, a partir de 2019, talvez por um sentimento de necessidade de sobrevivência diante de um cenário político nacional trágico, começa a haver uma movimentação que se torna um ponto de inflexão. Uma das iniciativas que surge nesse período e que vai ganhando força é o Fórum de Tecnologia Social e Economia Solidária (ForTES), que se propõe como um espaço de integração entre as redes e associações que atuam nesses campos. Até meados de 2022, as tentativas dos seus integrantes de oportunizar e amadurecer, no diálogo com gestores públicos sensíveis a essas pautas, políticas públicas e editais para esses campos foram completamente frustradas. Apesar do interesse demonstrado por técnicos do governo e da relevância da política e seus impactos, via de regra as iniciativas eram barradas quando chegavam no alto escalão dos ministérios.

A vitória de um governo do campo democrático-progressista na eleição presidencial de 2022 fez renovar a esperança pela retomada de políticas públicas que fortalecessem campos de construção de práticas alternativas. Nesse contexto, antes da posse do terceiro mandato do governo Lula, o ForTES começou a dar essa contribuição. Em parceria com outras instituições e organizações (principalmente ONGs e grupos que atuavam no campo da Tecnologia Assistiva, a partir de uma perspectiva crítica), seus integrantes contribuíram na elaboração do Relatório Técnico intitulado: “Documento de Apoio à Construção de Políticas Públicas para os Campos da Tecnologia Social e da Tecnologia Assistiva - 2023-2027” (Addor et al., 2022), que era parte do Grupo Técnico de Ciência, Tecnologia e Inovação, e do Subgrupo de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Esse documento e articulação contribuíram para a criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (Sedes/MCTI) e, dentro dela, da Diretoria

de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva (Depts/Sedes/MCTI) no MCTI. Esse documento, posteriormente, também foi o ponto de partida para a proposta inicial de documento que ia ser levada para os espaços da Conferência Livre.

Após este trabalho coletivo, ao longo do ano de 2023, as redes e associações que compõem o ForTES buscaram realizar espaços de articulação nos diferentes espaços do Governo Federal para pautar demandas nos campos da TS e ES. Em maio deste ano, uma comitiva esteve em Brasília por dois dias, fazendo reuniões com os Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Agrário e da Justiça, além da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) e do CNPq, a partir das quais obteve-se boa evolução no debate, mas ainda com poucos efeitos concretos nas políticas públicas.

Em meados 2023, a Depts/Sedes/MCTI começa a estabelecer diálogos para composição de um grupo de trabalho para discussão e auxílio para a construção de políticas públicas na área. Em um desses encontros, é dado o informe sobre a realização da V Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em junho de 2024. Diante da importância percebida de contribuir nesse processo, o grupo decide se articular para organizar uma Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva (CLTS).

A construção da Conferência Livre

Em novembro de 2023, as redes, associações e demais coletivos que integram o ForTES iniciaram o processo de construção da Conferência Livre, em diálogo com a Depts/Sedes/MCTI. A comissão organizadora da CLTS é composta por representantes das seguintes instituições:

- Abepets (Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social);
- Rede ITCPs (Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária);
- Rede IF Ecosol (Rede de Economia Solidária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica);
- Repos (Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá);
- FBTSI (Fórum Brasileiro de Tecnologia Social e Inovação);

- ITS Brasil (Instituto de Tecnologia Social);
- Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico); e
- ABEA (Associação Brasileira de Emprego Apoiado).

Foi estabelecido um cronograma de trabalho que contemplava a elaboração de um documento base e a realização de uma Reunião Preparatória em formato remoto em 05 de fevereiro de 2024, que garantisse a participação da multiplicidade de atores que atuam nas redes de economia solidária, tecnologia social e tecnologia assistiva nos territórios. Em janeiro de 2024, a comissão organizadora elaborou uma primeira versão do documento base e foi disparado o formulário de inscrição da Reunião Preparatória. Houve algumas movimentações regionais de preparação para essa Reunião, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Nesta última região, houve um encontro no dia 29 de janeiro, com a participação de 50 pessoas dos nove estados nordestinos para organização e sistematização das demandas específicas da região.

O formulário de inscrição foi amplamente divulgado para as bases de todas as organizações que compõem o ForTES e demais organizações que atuam nos campos. Inscreveram-se 468 pessoas, com representação dos 26 estados e Distrito Federal. Todas as pessoas inscritas receberam, por e-mail, a 1ª versão do texto base. Na Reunião Preparatória estiveram presentes, remotamente, 153 pessoas de 21 unidades federativas, com a seguinte representação regional: nordeste (32,2%), sudeste (25,7%), sul (15,1%), centro oeste (13,6%) e norte (13,2%).

A Reunião aconteceu nos dois turnos do dia 05 de fevereiro de 2024 e contou com a participação dos principais quadros da equipe da Sedes/MCTI: o Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do MCTI, Sr. Inácio Arruda; a Diretora de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva, Sra. Sônia da Costa; o Coordenador de Tecnologia Social e Economia Solidária; o Sr. Dayvid Souza Santos; a Coordenadora Geral de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Sra. Fernanda Gomes Rodrigues; o Coordenador Geral de Tecnologia Assistiva, Sr. Milton Pereira de Carvalho Filho.

Além dos integrantes das organizações que compuseram a Comissão Organizadora da CLTS e diversos/as representantes de várias organizações da sociedade civil, também participaram representantes de outros órgãos do governo

federal (15% dos participantes), como a Diretoria de Educação Popular da Secretaria Nacional de Participação Social da Presidência da República, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Instituto Nacional do Semiárido, Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, em destaque a participação de secretarias do estado e de Prefeituras.

A reunião teve uma participação significativa de diversos setores: docentes e estudantes de Universidades e Institutos Federais (62,1%); Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais (10,5%), tais como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Unisol Brasil e Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Instituições de Pesquisa (6,5%), como Embrapa, Fiocruz, Instituto Nacional de Tecnologia, CNPq; e trabalhadoras e trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários (5,2%), como cooperativas, associações.

A ampla representatividade e participação da reunião preparatória permitiu a qualificação e elaboração das principais proposições do documento base, que foi sistematizado pela comissão organizadora para a continuidade do trabalho no âmbito da Conferência Livre.

A Conferência Livre

A Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva foi realizada em formato híbrido nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2024, no prédio do MCTI, em Brasília. A inscrição da Conferência Livre também foi realizada por meio de formulário e divulgado para as bases das organizações do ForTES e demais organizações que atuam nos campos de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. Inscreveram-se 869 pessoas de todas as unidades federativas, mostrando nossa capilaridade e alcance entre as diversas organizações.

Participaram da conferência livre, ao longo dos dois dias, 297 pessoas, sendo 80 pessoas (27%) presencialmente e 217 (73%) online, das regiões: Centro Oeste (38,6%); Sudeste (22%); Nordeste (17,3%); Norte (11,5%), Sul (9,8%) e internacional (0,7%). Tendo 24 unidades federativas representadas e dois outros países: França e Indonésia.

Organizamos a programação da CLTS em 4 turnos. Nas duas manhãs foram programadas quatro mesas redondas com os temas:

- “Tecnologia Social, Conhecimento e sociedade: princípios e valores”;
- “Tecnologia Social, Economia Solidária, Tecnologia Assistiva e Desenvolvimento Social: O que foi feito e para onde se parte”;
- “A importância de se pensar uma nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação e o papel da Tecnologia Social”;
- “Tecnologia Social, Economia Solidária, Tecnologia Assistiva e Política Pública: Desafios e Agenda necessária”.

Destacamos a participação de representante do estado e movimentos sociais, tais como: Casa Civil da Presidência da República; Ministério dos Povos Indígenas; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social e suas coordenadorias de Tecnologia Social e Economia Solidária e de Tecnologia Assistiva; Capes (presidente), Finep (presidente), Fundação do Banco do Brasil (presidente); Movimento dos Pequenos Agricultores; Movimento dos Sem Terra e os representantes da comissão organizadora (ForTES, Abepets, Rede ITCPs, Rede IF Ecosol, Repos, FBTSI, ITS Brasil, Rede GTA, ABEA). As mesas serviram para reflexão e alinhamento sobre os campos da conferência.

A programação da tarde nos dois dias ficou reservada para debate do texto base e divisão em Grupos de Trabalho para propostas de reformulação do documento, sempre com plenárias ao final de cada dia para socialização das propostas e debate de encaminhamentos.

Foram organizados cinco Grupos de Trabalho, todos presenciais, sendo quatro para cada um dos eixos ligados à Tecnologia Social e Economia Solidária, e um para tratar dos eixos ligados à Tecnologia Assistiva. Os eixos que compõem o documento são:

Tecnologia Social e Economia Solidária

1. Desenvolvimento, trocas de saberes, intercâmbio e consolidação de experiências em tecnologia social;
2. Formação profissional e consolidação de grupos de pesquisa e extensão em tecnologia social e economia solidária;

3. A tecnologia social para o desenvolvimento regional, local e em integração com as organizações da sociedade civil, movimento sociais e povos e comunidades tradicionais e periféricas;
4. Articulação com políticas públicas.

Tecnologia Assistiva

1. Desafios a serem superados no âmbito da tecnologia assistiva;
2. Diretrizes em política de CTI em tecnologia assistiva; e
3. Propostas em política de CTI em TA.



Figura 1 - Fotografia dos/das participantes presenciais da Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. Fonte: Os autores.

As pessoas que participaram remotamente da CLTS enviaram suas contribuições ao documento por e-mail, e estas foram depois incorporadas ao texto pela equipe de sistematização. Após a Conferência Livre, a comissão organizadora encaminhou o texto compilado com as contribuições realizadas pelos cinco grupos de trabalho e por e-mail para todos os participantes inscritos na conferência dando um prazo para análise e sugestões, as quais foram compiladas e permitiram chegarmos ao Documento Final, validado por todas as pessoas que se inscreveram e participaram tanto da Reunião Preparatória quanto da CLTS. Essa versão finalizada e legitimada foi enviada à coordenação da V CNCTI, via formulário de sistematização das conferências.

O Documento Final da CLTS e próximos passos

O Documento Final da Conferência Livre de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva com propostas para a V Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação apresenta, portanto, o resultado dos debates e contribuições das pessoas representantes de diversas organizações em diversos momentos abertos para a construção coletiva. Nas Referências Bibliográficas deste artigo, registramos as referências que foram usadas ao longo da elaboração dos documentos.

No documento da conferência livre, apresentamos o contexto, conceitos, princípios e diretrizes para os campos da Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva. Ao todo, foram elaboradas 104 propostas divididas nos sete eixos. As propostas foram apresentadas na Conferência Temática Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social, organizada pela Sedes/MCTI, ocorrida nos dias 14 e 15 de março de 2024, no Rio de Janeiro. E estamos trabalhando para levar essas contribuições para a V CNCTI, em junho de 2024.

Temos conhecimento que há uma diversidade de visões e abordagens para os campos debatidos nesses espaços e abordados no Documento Final. Há uma disputa pelos valores e princípios que devem reger os projetos e ações nesses campos. E essa disputa torna-se ainda mais acirrada no momento em que esses campos ganham visibilidade e a possibilidade de serem foco de recursos e políticas públicas.

A expectativa das pessoas e organizações que dedicaram, voluntariamente, um grande esforço para a construção da CLTS e de seu Documento Final, é que consigamos contribuir para uma construção qualificada de políticas públicas que fortaleçam um processo político e econômico transformador, que nos permita seguir avançando na luta contra a desigualdade social, pela melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, e pelo fortalecimento da organização comunitária e da luta dos movimentos sociais em nosso país.

Referências

ADDOR, F; MENDONÇA, A; ALONSO, C; TURCI, C; GARCIA, J. **Relatório técnico**: documento de apoio à construção de políticas públicas para os campos da tecnologia social e da tecnologia assistiva - 2023-2027. S.L., 2022.

ADDOR, F; SANTOS, A. M. Um balanço da atuação das Incubadoras de Cooperativas no Brasil. In: Henrique Tahan Novaes. (Org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. 1ed. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2022, v. 1, p. 319-352.

ADDOR, F. Extensão tecnológica e tecnologia social: reflexões em tempos de pandemia. **NAU Social**, 2020, v.11, n.21, p. 395–412.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 6 jul, 2015.

CAT - COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. **Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007**, Comitê de Ajudas Técnicas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR), S.L., 2007.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas [online].

Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p.

DELGADO GARCIA, J. C; GALVAO FILHO, T; SANTOS, M. C. D; MENDES, V; ROBERTO, M. V; PINHEIRO, D. M. Pesquisa nacional de inovação em tecnologia assistiva. **PNITA III**: Principais resultados, análise e recomendações para as políticas públicas. São Paulo: ITSBRASIL, 2017.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (Org.). **Revista Conhecimento - Ponte para a Vida**, Ano 1, n. 1-2. São Paulo: ITS Brasil/MCT/Secis.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (Org.). **Trabalho com apoio para pessoas com deficiência**: uma proposta de política pública. Metodologia do Emprego Apoiado. São Paulo: ITSBRASIL, 2017.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (Org.) **Livro branco da tecnologia assistiva no Brasil**. São Paulo: ITSBRASIL, 2017.

NASCIMENTO, A. **Tecnologia social como política pública no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** - MCTI 2003 a 2019, Brasília, 2021.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência, aprovada pela assembleia geral da ONU em dezembro de 2006**.

SANTOS, B. S; RODRIGUEZ, C. **Introdução**: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.